

Gestão na Amazônia: impasses e perspectivas

MAYLTON MIRANDA SILVA

(CESUPA) mayltonmsn@hotmail.com

ALMIR MOREIRA CARVALHO

(CESUPA) a.carvalho88@hotmail.com

ÉDISA ASSUNÇÃO CORRÊA

(CESUPA) edisaassuncao@yahoo.com.br

SUELEM GADELHA POTHER

(UFPA) suelem_pother@hotmail.com

TAIANA NUNES BASTOS

(UNAMA) taiana_bastos@hotmail.com

Resumo: Explorar e preservar faz parte das discussões do desenvolvimento amazônico, na medida em que desenvolver pressupõe a apropriação de recursos. A Amazônia necessita de uma gestão participativa em que haja uma interação entre Estado, empresários e população. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo discutir e analisar os impasses e as perspectivas da gestão na Amazônia. Para isso, realizou-se uma pesquisa junto à empresa ARBS Consultoria. Essa discussão se dá a partir de três instâncias correlacionadas: os novos modelos de administração, a região amazônica em seus aspectos gerais e a gestão na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia. Gestão. Impasses. Perspectivas.

Management in Amazon: impasses and prospects

Abstract: Explore and preserve is a joint of the discussions of Amazonian development, in that requires to develop ownership of resources. The Amazon needs a participatory management in which there is an interaction between State, business community and population. In front of this, the present article aims to discuss the problem situation management in Amazonia, demonstrating their progress as well as their obstacles. For this, a research consulting company ARBS Board. This discussion is from three instances correlated: new administration models, the Amazon region in general aspects and management in the Amazon.

Key words: Amazon. Management. Impasses. Perspectives.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é tema frequente no cenário nacional e internacional, tanto por ser uma região de grandes dimensões e de uma diversidade exuberante de fauna e flora, quanto pelas problemáticas socioambientais e/ou pelo seu desenvolvimento a ser buscado. O cenário vivenciado nessa área difere-a dos problemas das demais regiões do Brasil, por ser um campo geográfico diferenciado, com recursos naturais de uma exuberância ímpar, que deve ser, ao mesmo tempo, explorado e preservado. Diante dos processos de transformação e apropriação de recursos, a região tem sido palco das mais diversas manifestações de desenvolvimento e degradação ambiental, isto é, tem sido peça de uma história do uso dos recursos naturais que a natureza nos legou (OLIVEIRA, 1993; LESSA, 1991; BECKER, 1998).

Explorar e preservar faz parte das discussões do desenvolvimento amazônico, na medida em que desenvolver pressupõe a apropriação de recursos. É nesse complexo que a gestão atua, levando em conta o desejo do mercado, bem como a cultura e os anseios da localidade. Cada vez mais, verifica-se o papel fundamental da gestão num processo de reconstrução de concepções individuais e coletivas, capazes de interferir nesse processo de desenvolvimento. Afinal, é certo que há uma crise construtiva acerca da relação sociedade-natureza na região.

A Amazônia necessita de uma gestão participativa em que haja uma interação entre Estado, empresários e população. Por ser rica em matérias-primas, estas devem ser preservadas e trabalhadas de forma sustentável. Não somente pelos empresários com empresas extrativistas, que dependem desses insumos, mas também pela população, que deve ser beneficiada e ter seus direitos resguardados, como determina a Constituição. Assim, esse trabalho tem como objetivo discutir a situação-problema: gestão na Amazônia, demonstrando seus avanços, bem como seus entraves. Essa discussão se dá a partir de três instâncias correlacionadas: os novos modelos de administração, a Amazônia em seus aspectos gerais e a gestão na região.

REFERENCIAL TEÓRICO

NOVOS PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Peter Drucker (1999), premissas básicas sobre a realidade são os paradigmas que circundam ciências sociais como a administração, já que ajudam-nos a entender o que é realidade, isto é, o que está sendo posto em evidência, “fatos” e o que está sendo descartado; o que é tido como interessante e como inútil para as disciplinas.

Contudo, dificilmente as premissas são analisadas e estudadas como deveriam, dada a importância para as dis-

ciplinas sociais como a administração, visto que esta trata do comportamento de pessoas e de instituições humanas. Assim, os colaboradores tendem a agir e se comportar do modo como as premissas de tal ciência social aplicada dizem que devem fazê-lo. Quanto mais passíveis de mudanças forem, melhores serão as premissas básicas, uma vez que o mundo vive em constante mudança. Desde 1930 (quando iniciou-se o estudo da administração, de fato), dois conjuntos de premissas referentes às realidades de tal ciência foram levados em consideração por estudiosos e interessados no assunto: um que fundamenta a disciplina da administração e outro que fundamenta a prática desta (DRUCKER, 1999).

No primeiro conjunto há três premissas: 1) Administração é administração de empresas; 2) Há ou deveria haver uma estrutura organizacional correta; e 3) Há ou deveria haver uma maneira correta de administrar pessoas. Já o segundo conjunto, por sua vez, aborda quatro premissas: 1) Tecnologias, mercados e usuários finais são dados; 2) O escopo da administração pode ser definido legalmente; 3) A administração é totalmente focada; e 4) A economia, como é definida pelas fronteiras nacionais, é a “ecologia” do empreendimento e da administração.

A premissa *Administração é administração de empresas* diz que apesar da persistência, administração não é administração de empresas, mas sim um “órgão específico e distintivo de toda e qualquer organização (DRUCKER, 1999, p. 273). Já *A organização correta* relata que em vez de procurar a empresa certa (até porque não há), a administração deve procurar, desenvolver e testar as entidades que melhor se ajustam à determinadas tarefas, como lidar com equipes e estrutura organizacionais. Por sua vez, concluindo o primeiro conjunto de premissas, *O único modo de administrar pessoas* diz que não se “administram” pessoas, mas lideram-nas, para que as energias e os conhecimentos individuais sejam transformados em produtividade, em desempenho.

Tecnologias e usuários finais são determinados relata que tanto a tecnologia quanto o uso final não são fundamentos, mas limitações. Os valores para os clientes e as decisões destes, quanto à distribuição de sua receita, disponíveis são os pontos de partida, de fato, para política e estratégias administrativas. *O escopo da administração está definido legalmente* assegura que a administração, como disciplina e prática, precisa abranger o processo inteiro, isto é, tem de estar focada em resultados e em desempenho em toda a cadeia econômica, sem dividi-la.

O escopo da administração é definido politicamente afirma que apesar de as fronteiras nacionais serem importantes, porém limitadas, o escopo da administração não pode ser mais definido politicamente, mas sim operacionalmente, e não apenas para as organizações. *O interno é o domínio da administração*, finalizando o segundo conjunto de premissas, mostra-nos que a administração existe a partir dos resultados da organização. Para tal, deve começar com os resultados pretendidos e organizar os recursos em-

presariais para que tais resultados sejam atingidos dentro e fora dela.

Portanto, a administração é uma ciência social aplicada que permite à sociedade produzir resultados, sendo “incumbência e responsabilidade da administração tudo o que afetar o desempenho da instituição e seus resultados – seja interna ou externamente, esteja sob seu controle ou totalmente fora dele” (DRUCKER, 1999, p. 290).

ASPECTOS GERAIS DA AMAZÔNIA

AMAZÔNIA LEGAL

A maioria das pessoas compreende que a Amazônia é sinônimo de Brasil, ou seja, cerca de 60% é sim brasileira, mas os restantes 40% pertencem a cinco outros países vizinhos. Esse fato comprova que a realidade é muito mais complexa do que se imagina (CLEMENT; VAL; OLIVEIRA, 2003). Para se ter uma ideia, a Amazônia Legal é constituída por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima e parcialmente pelo estado do Maranhão), que ocupam 60% do território brasileiro, abrigando 12% da população do país, mas detém apenas 5,3% do PIB nacional. Embora venha perdendo posição para os estados do Maranhão e Amazonas, o estado do Pará ainda apresenta o maior PIB da região (25%), seguido do Amazonas (24%), Maranhão (22%) e Mato Grosso (11%). Os demais estados perfazem juntos 18% (IBGE, 2005).

Em 2004, a população amazônica era de aproximadamente 23 milhões de pessoas, sendo que a grande maioria habitava as áreas urbanas (68%). Em torno de 256 mil indígenas moram na Amazônia, cultivando seus hábitos e costumes tradicionais (SONAGLIO; VIEIRA, 2007). Segundo Clement, Val e Oliveira (2003) a comunidade indígena da região criou a maior parcela do conhecimento tradicional sobre a biodiversidade que a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) afirma ser importante para alcançar o tão desejado desenvolvimento sustentável.

A Amazônia não é um espaço homogêneo. Os estados que a compõem possuem características bastante diferenciadas, tanto do ponto de vista dos padrões de crescimento econômico, das potencialidades de seus recursos naturais, quanto das características sociais e culturais. Sua economia foi impulsionada por grandes projetos, direcionados à ampliação do estoque de capital físico (novas rodovias, ferrovias, fábricas, recursos minerais postos em exploração, áreas abertas para a agricultura e a pecuária) e por um intenso crescimento demográfico devido, em grande medida, à imigração. Este processo imigratório foi induzido por fatores como: construção de estradas, abertura de novas fronteiras agrícolas, surtos de mineração, crescimento da

indústria e dos serviços.

Sonaglio e Vieira (2007) afirmam que nos anos 2000 a evolução do PIB da Amazônia Legal ocorreu devido à ampliação dos setores econômicos ligados à agropecuária, especialmente nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão e Rondônia (PAS, 2004). Setores ligados à indústria extrativista mineral e de transformação também contribuíram para esta tendência crescente, persistindo até os dias atuais.

MITOS

Segundo Amaral (2004), devido a sua complexidade, existem diversos mitos que cercam a região amazônica, dentre os quais se destacam:

– **Mito da homogeneidade**, que representou a região como um imenso e uniforme tapete verde, atravessado por longos e tortuosos rios. Nenhuma visão da Amazônia é mais distante da realidade. Ela abriga uma indescritível diversidade ecológica, refletida no clima, nas formações geológicas, nas altitudes, nas paisagens, nos solos, na formação vegetal e na biodiversidade. A heterogeneidade também ocorre do ponto de vista político, social e econômico. São oito países com diferentes estilos de governo e desgoverno, políticas e leis para a região, habitada por uma ampla variedade de grupos humanos, que vão desde indígenas vivendo em total isolamento, até habitantes de grandes cidades.

– **Mito do vazio demográfico**, que produziu a crença de uma região virgem, um imenso espaço vazio, ou a última fronteira da humanidade. Por este enfoque, a Amazônia é uma terra sem homens, para onde os homens sem terra devem migrar, aliviando os problemas da pressão populacional nas áreas periféricas, ao mesmo tempo em que são ignorados os direitos seculares das populações que habitam a região.

– **Mito da imensa riqueza e extrema pobreza**, que tomando como referência a exuberância da vegetação tropical, estabeleceu a crença da fertilidade dos solos amazônicos. Somente depois de investidos e perdidos bilhões de dólares em projetos de assentamentos agrícolas é que se pôde constatar que essa riqueza era apenas aparente, e que o tesouro da região está na biodiversidade do ecossistema, da flora, da fauna e do germoplasma (unidades conservadoras de material genético) nativo. A contrapartida dessa percepção foi considerar os solos amazônicos tão pobres que tornaria impossível qualquer outra atividade que não a preservação íntegra da floresta. Essa posição extremada tampouco se sustenta, dado que existem extensas faixas de solos aptos para a agricultura.

– **Mito do nativo como obstáculo ou como modelo para o desenvolvimento**, que justificou, no primeiro caso, extermínio sistemático dessas populações, a agressão territorial e cultural ou a sua conversão ao modelo civilizatório ocidental. No segundo caso – a louvação do modelo indígena – desconheceu-se que aquelas culturas são formas adaptativas próprias àquele ambiente e que sua adoção como

modelo generalizado para o desenvolvimento da Amazônia é impraticável.

– **Mito de pulmão do mundo**, que considerava a floresta amazônica responsável pela produção de 80% do oxigênio (O₂) e fixador de dióxido de carbono (CO₂) e que sua destruição privaria o planeta dos seus pulmões. O mito desconsiderava tanto a importância dos oceanos de outras regiões tropicais nesta tarefa, quanto o fato de a floresta amazônica ser uma floresta madura, mantendo um equilíbrio quase perfeito entre a produção de O₂ e a fixação de CO₂. Por outro lado, agora que as preocupações humanas deslocaram-se dos gases para as águas, a contribuição da Amazônia para o balanço hídrico do planeta tem sido enfatizada, dado que o rio desemboca no mar 176.000 m³ de água por segundo, representando aproximadamente 1/6 de toda a água doce levada para os oceanos.

– **Mito de solução para os problemas da periferia**, que submeteu a região a projetos de colonização governamentais visando a expansão da fronteira agrícola, não só no Brasil como na Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, com o deslocamento de colonos atraídos por dois outros mitos: uma terra desabitada e com solos férteis. A colonização tem sido acompanhada de construção de estradas, de cidades e de hidrelétricas. O balanço geral dos últimos cinquenta anos de colonização é negativo: os problemas da periferia do Sul-Sudeste não foram resolvidos e criaram-se na Amazônia novas periferias com velhos problemas.

– **Mito da Amazônia como área rural**, que considera a fronteira amazônica semelhante aos movimentos migratórios que se desenvolvem no Brasil na primeira metade do século XX, com pioneiros ocupando terras livres com atividades agrícolas que, paulatinamente, geravam crescimento da população e da produção. Na Amazônia, a fronteira já nasceu heterogênea, constituída por frentes de várias atividades, com povoamento rural e produção agrícola relativamente modestos e com intenso ritmo de urbanização, com o governo federal e as agências financiadoras internacionais assumindo o papel de planejadores.

– **Mito da internacionalização da Amazônia**, que surgiu como corolário dos outros mitos, da extensa agressão ambiental das últimas décadas e da inversão do conflito Leste-Oeste para Norte-Sul. A internacionalização é “confirmada” pelo mito cibernético de um mapa que consta dos livros escolares norte-americanos, com a Amazônia desenhada e identificada como área internacional.

GESTÃO NA AMAZÔNIA: IMPASSES E PERSPECTIVAS

CONTEXTO HISTÓRICO

A Amazônia Legal Brasileira, criada em 1953, pelo Decreto Federal n.º 1806, teve por base a concepção de integração regional através da combinação de fatores eco-

nômicos, políticos e geográficos. A questão da Amazônia se tornou complicada desde seus primórdios. Na década de 60, mais especificamente em 1964, foi criada uma campanha por parte dos militares para trazer pessoas do Brasil todo, com intuito de “povoar” a Amazônia. A justificativa dessa ação dos militares era contrapor as revoltas dos sulistas, que brigavam por várias questões, entre elas questões relevantes à terra, que tinham como *slogan* de integração do Brasil “ocupar e integrar” (JÚNIOR; VEY, 2010).

Durante esse processo, de acordo com Júnior e Vey (2010), houve marcos na história, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967. Não adiantaria ocupar a Amazônia sem desenvolvê-la. Por isso, em 1970, houve o surgimento do plano de desenvolvimento para a região, chamado de Plano de Integração Nacional (PIN), que promoveu a abertura e construção de estradas, tais como: Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém.

Assim sendo, o governo começou a promover incentivos fiscais para trazer, à região, investidores, incentivando a agricultura, a pecuária, a extração de madeira e minerais, bem como a agroindústria. Isto gerou a formação de grandes latifúndios, em paralelo com assentamentos de pequenos agricultores, ocasionando um aumento expressivo da população.

A Amazônia, apesar de rica, não possui gestão que consiga ser sustentável ou gestão exemplar que possa ser copiada ou desenvolvida. A região precisa de uma gestão participativa que propicie a interação entre Estado, empresários e população, para que suas matérias-primas sejam preservadas e trabalhadas de forma sustentável, não somente pelos empresários com empresas extrativistas, que dependem desses insumos, mas também pela população, que deve também ser beneficiada com a utilização contínua de tais insumos.

IMPASSES

a) Modais de Transporte

Os transportes constituem um ramo da atividade econômica cuja principal função é interligar a produção e o consumo de bens, como também as condições de conforto e bem estar de uma sociedade que depende de um modo de transporte que permita o rápido e eficiente intercâmbio de pessoas e bens. Nesse sentido, os transportes desempenham papel importante na consecução dos objetivos do desenvolvimento como um requisito criador de receita, pois acarreta grande impacto no desenvolvimento espacial e econômico das cidades e regiões (VASCONCELLOS, 1996; GOMES, 2003).

Por conseguinte, quanto à infraestrutura de transportes na Amazônia, os transportes fluviais constituem uma alternativa viável para ajudar na economia da região, de-

vido às características dos rios amazônicos (especialmente profundidade), que podem torná-los navegáveis dentro dos padrões internacionais, isto é, hidrovia com balizamento e com as devidas sinalizações de navegação. Porém, apresentam problemáticas gerenciais que necessitam ser solucionadas.

O transporte fluvial tem como principais fatores adversos a baixa velocidade e as limitações (restrições) em atingir qualquer ponto de uma região. A região amazônica tem seus rios quase sempre navegáveis não necessitando de grandes obras, portanto de macroinvestimentos, o que fazem os outros centros para implantar o transporte hidroviário. Quanto à baixa velocidade, as embarcações que operam em nossa região necessitam de um estudo específico para definir um projeto adequado que supere as dificuldades dos rios (velocidade, troncos flutuantes, meandros repetitivos, grandes distâncias, influência do oceano e outras). A pequena escala dos lotes de carga, quando associada a um elevado valor das respectivas mercadorias, é um fator que pune fortemente os custos logísticos totais em cadeias apoiadas nessa modalidade – o que tem afastado os embarcadores dessa opção. É preciso reavaliar os estímulos ao transporte hidroviário, procedendo-se a estudos adequados em relação a sua viabilidade, principalmente se consideradas também as relações entre custos ambientais/econômicos e benefícios sociais e econômicos (PATRÍCIO, 2007, p. 41).

Ao longo da região, há presença de portos preparados para carregar e descarregar cargas. Tais portos estão associados diretamente com a economia da grande Amazônia, além de haver muito fluxo de pessoas, já que muitos indivíduos dependem das embarcações como único transporte, a exemplo do estado do Amazonas. Contudo, ainda há foco na criação de estradas, afim de utilizá-las como principal via para transporte de mercadorias.

Ao longo dos anos, a construção de estradas vem sendo criticada por ambientalistas e por essas e outras questões de custos e viabilidade. Órgãos internacionais negam-se a emprestar dinheiro para construção e manutenção de vias rodoviárias. Para que a Amazônia tenha vários modais, para que não se tenha preferência por um em detrimento do outro, surge a ideia e as propostas do chamado intermodalidade, sendo essa uma alternativa tecnicamente viável, agregando-se o modal ferroviário aos modais hidroviário e rodoviário (LIMA, 2002).

Existe a precariedade da regulamentação do setor de transportes em geral, em fase ainda embrionária. Por isso, são muitos os vazios institucionais e as disfunções que precisam ser corrigidas. O setor rodoviário apresenta relevantes externalidades positivas, como o aumento da renda regional, e negativo, a exemplo da degradação direta e indireta do meio ambiente. Sob o ponto de vista do planejamento e da gestão, seu desempenho ainda não é o desejável.

b) Exploração inadequada da floresta

Ferreira *et al.* (2005) afirmam que o desmatamento na Amazônia brasileira tem aumentado continuamente desde 1991, variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas. É fundamental e indispensável que a sociedade incorpore a visão de que os recursos naturais só estarão disponíveis para a atual e as futuras gerações se utilizados de modo racional, compatível com a preservação e o tempo de recuperação do que foi utilizado.

Frequentemente, a preservação e a recuperação não atendem às necessidades de reprodução do capital, seja em função do curto prazo que se costuma prever para o retorno dos investimentos, seja porque se exercita outro ritmo, para atender às necessidades geradas pelo crescimento populacional, provocando situações que ameaçam espécies e/ou ecossistemas. Essa compatibilização de tempo é exatamente um dos maiores desafios a serem enfrentados.

PERSPECTIVAS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA

Na Amazônia, a complexa e necessária articulação entre o desenvolvimento local (intensivo, que gera oportunidades econômicas e mudanças culturais no nível local) e a articulação com o âmbito macro das políticas socioeconômicas do país é uma das diretrizes que vem sendo buscada pelos formuladores de políticas públicas para promover o desenvolvimento (LIMA, 2002). Por isso, o plano de desenvolvimento para a região vem considerando a capacidade de suporte do ambiente, dentro de parâmetros técnicos, científicos e legais.

As políticas para a região vêm adotando decisões econômicas que primam pela valoração dos recursos naturais, mediante: a ampliação do uso dos atuais instrumentos e mecanismos econômicos para viabilizar a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável como o Protocolo Verde e o ICMS Verde; o emprego de instrumentos econômicos que incorporem os custos ecológicos nas decisões de mercado e incentivem os processos produtivos e de consumo ecologicamente sustentáveis como sistema de títulos negociáveis, seguro ambiental e sistema de depósito; a restituição para produtos poluentes; a modernização do processo; e a melhor articulação entre os processos de concepção e implementação dos orçamentos fiscais nos três níveis de governo (RODRIGUES, 2004; LIMA, 2002).

A combinação de investimentos diretos do governo em infraestrutura, na atividade minero-metalúrgica e na concessão de incentivos fiscais ao setor privado, para a instalação de projetos industriais e agro-industriais, vem sendo de fundamental importância para alterar a participação relativa da região na economia nacional (MONTEIRO NETO, 2001; MONTEIRO NETO, GOMES, 2000). O de-

envolvimento local é a forma de garantir o equilíbrio regional, assegurando a permanência da população em suas regiões de origem. Assim, devem-se adotar instrumentos e mecanismos econômicos, programas e projetos junto às comunidades locais com baixo índice de desenvolvimento econômico, visando ampliar suas condições de renda e ocupação, como os negócios sustentáveis, o desenvolvimento de nichos de mercado com maior valor agregado e a potencialização de vocações regionais.

RECURSOS NATURAIS AMAZÔNICOS

A região amazônica apresenta uma diversidade de recursos naturais que são aceitos no mercado internacional, dentre os quais se destaca a madeira, o minério e a agricultura (frutas). A potencialidade de recursos madeireiros existentes na região é indiscutível. De fato, há registros de que há na Amazônia aproximadamente 3.500 espécies florestais, localizadas em áreas de terra firme e de várzeas. A variabilidade das madeiras amazônicas oferece ao setor moveleiro inúmeras opções de cores e desenhos que podem valorizar o móvel, mesmo em produção seriada, e identificá-lo com o nosso país, a chamada marca Brasil (SOBRAL, 2002).

Outro setor que impulsiona a economia amazônica é a mineração, que tem participado efetivamente ao longo das últimas décadas da geração de riquezas, melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida das populações, criação de empregos, melhor capacitação dos indivíduos e a ocupação ordenada da região. É um setor em expansão que pode aumentar a ação da região no cenário econômico do país.

LOCAL DE ESTUDO

Na presente investigação, realizou-se um estudo na empresa ARBS Consultoria, que é filial da Bamburra Planejamento e & Economia Mineral, situada no Rio de Janeiro – RJ. A Bamburra é uma empresa brasileira, de consultoria especializada em economia mineral, planejamento estratégico e estudos e pesquisas para os setores público e privado.

Foi fundada em 1993 e opera por intermédio de um grupo seletivo e multidisciplinar de associados sênior: engenheiros de mina, geólogos, economistas e advogados. Enquanto grupo, esses profissionais somam um número expressivo de anos de experiência em serviços de economia mineral para os setores público e privado do Brasil. Complementando sua capacidade operacional, a Bamburra opera articulada com consultores independentes, brasileiros ou estrangeiros, equipes multidisciplinares, segundo as necessidades dos clientes.

A empresa ARBS Consultoria atua no Estado do Pará há aproximadamente três anos, prestando consultoria na

área de mineração. Está localizada à rua Arcipreste Manoel Teodoro, 245, casa 96, no bairro de Batista Campos, em Belém, Pará.

Seu compromisso consiste em contribuir para a melhor decisão, mediante o emprego consistente, sábio e diligente das técnicas, metodologias e recursos disponibilizados pela economia mineral e pelo planejamento estratégico. A empresa está estruturada para oferecer suporte ao processo decisório de empresas privadas e entidades públicas com interesses no setor mineral e ambiental. Seu foco está direcionado a todas as atividades contempladas pelos conceitos e técnicas da economia mineral e ambiental.

É uma empresa ainda em construção, que vem desenvolvendo atividades para as mineradoras do Estado, através da elaboração de EIA – Estudos de Impactos Ambientais, projetos ambientais, entre outros. Conta com uma equipe de consultores contratados a partir da necessidade das empresas contratantes.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

ABORDAGEM QUALITATIVA

Para essa pesquisa, considerou-se a abordagem qualitativa, que considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, porque trabalha com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GIL, 1999). O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave (GODOY, 1995).

ESTUDO EXPLORATÓRIO

Quanto ao estudo, possui caráter exploratório. Um trabalho é de natureza exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram ou têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

Dessa forma, esse tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que o mesmo possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999). As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999), visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, tema.

SUJEITOS PESQUISADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Os questionários foram aplicados para cinco sujeitos, sendo o diretor executivo da empresa pesquisada e quatro profissionais que já prestaram serviços para a mesma. Para interpretação e análise dos dados obtidos com os questionários, foi utilizada a análise de conteúdo, que é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (BARDIN, 1977).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A adoção de estratégias de desenvolvimento regional com vistas à diminuição de desigualdades, de equalização de oportunidades e da correção de iniquidades entre as regiões que compõem o Brasil, se constitui em um imenso desafio para o desenvolvimento integrado do país, o que perpassa por uma gestão adequada à realidade socioambiental da região, em que a premissa desenvolvimento e preservação deve ser a base dela. Isso tem proporcionado um debate acerca das perspectivas e dos impasses da gestão na Amazônia. Para um dos sujeitos da pesquisa:

[...] a gestão na Amazônia apresenta um avanço considerável porque tem levado as peculiaridades da nossa região, em conta. Ainda é uma prática muito recente, que vem ganhando espaço nas instituições públicas e privadas. Isso tem possibilitado a mobilização das organizações para se adequar à promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, buscando a melhoria constante dos produtos, serviços e ambiente de trabalho, em toda organização, levando-se em conta o fator ambiental.

Não se pode esquecer que grande parte dos danos é fruto do desconhecimento ou da negligência dos atores sociais quanto à capacidade de suporte dos ecossistemas. A questão central, nesse caso, é implementar meios de gestão que, assegurando a disseminação e a absorção do conhecimento, garantam a sustentabilidade.

Isso exige, por um lado, planejamento do uso e da gestão compartilhada dos recursos; por outro, vinculação do desenvolvimento econômico e social à proteção do meio ambiente; por um terceiro ângulo, coordenação das atividades de planejamento setorial com as de natureza gerencial, tanto em relação ao uso da terra como dos recursos naturais. Acerca dos impasses para a gestão na Amazônia, os entrevistados indicam que fatores como a infraestrutura, licenciamento, energia, mão de obra qualificada, bem como a falta de sintonia do poder público com o privado, são entaves para uma promissora gestão na região.

Para mim que trabalho com empresas mineradoras no estado, os entaves principais são a infraestrutura e os licenciamentos. Em relação à infraestrutura, por exemplo, o minério tem localização rígida e só pode ser explorado próximo da sua ocorrência. Desse modo, há necessidade

de mais infraestrutura para atender sua comercialização, haja vista que o mercado consumidor nem sempre está próximo às minas, principalmente o minério do Pará, que é direcionado para o mercado externo (Ásia e União Européia, principalmente) (EAS, sujeito da pesquisa).

Essa fala revela o quanto a falta de infraestrutura prejudica o desenvolvimento da atividade econômica do empresariado na região, pois as políticas direcionadas para esse fim não atendem a necessidade da região e gera um impacto substancial na economia local.

A lógica reside no fato de que a acessibilidade e a integralidade dos modos de transporte empregados propiciarão à região vantagens competitivas sobre outras áreas. Investimentos em infraestrutura são a base para gerar benefícios ao desenvolvimento regional, quais sejam: atração de novos empreendimentos, competitividade e expansão do mercado de trabalho, o que poderia resultar em geração de empregos (PATRÍCIO, 2007). Segundo ARBS, o grande desafio na Amazônia é conciliar os três segmentos: econômico, ambiental e social. Isso significa dizer que para a Amazônia não haverá avanços enquanto estes deixarem de assumir suas responsabilidades na gestão local, ou seja, não promovam uma gestão compartilhada.

A gestão compartilhada implica co-responsabilidade dos diferentes atores sociais no processo de conservação e uso dos recursos naturais. Enquanto não se pode contar com todo o conhecimento necessário, a sustentabilidade no uso dos recursos passa pelo planejamento, pela utilização racional e pela participação dos usuários na definição de responsabilidades, de modo a viabilizar a conservação desses recursos. Outro aspecto tido como impasse diz respeito à escolaridade da população e ao uso desordenado dos recursos naturais da região.

Ainda temos um alto grau de analfabetismo na região, e está localizado principalmente nas cidades onde são implantados os projetos de desenvolvimento na região. Outro fator está relacionado ao uso do ambiente inadequado, principalmente na exploração da floresta, o que acaba gerando uma imagem negativa da região para o Brasil e o mundo, impedindo investimentos (sujeito da pesquisa).

De uma maneira geral, o uso inadequado dos recursos vem sendo feito devido à falta de conhecimento, o que tem gerado consequências de grandes proporções. Na medida em que perde-se biodiversidade, tem-se conflitos no campo, aumentando a situação de pobreza da região. A utilização racional dos vastos recursos naturais da Amazônia deve ser incorporada definitivamente às estratégias de desenvolvimento nacional para que estes possam se concretizar enquanto benefícios efetivos.

Precisa-se investir na formação da população, afinal todas as empresas que aqui se instalam tendem a trazer pessoal de fora para ocupar cargos estratégicos porque faltam pessoas qualificadas na região. Precisamos quebrar esse círculo vicioso de que a população amazônica só serve para ocupar cargo operacional. Temos gente capacitada,

com conhecimento, formada pelas nossas universidades que, com certeza, desenvolveria uma excelente gestão (MSL, sujeito da pesquisa).

Segundo Costa (2000) a região apresenta um déficit na mão de obra qualificada, pois apesar da implantação de diversas indústrias, a qualificação não acompanha o processo. A baixa qualificação educacional da mão de obra na região amazônica é um fator limitador para o seu desenvolvimento, visto que impõe custos adicionais às empresas interessadas em investir na região, caso o empreendimento incorpore o uso de tecnologias avançadas que requerem maior nível de educação dos empregados.

O Estado ainda necessita promover serviço eficiente de qualificação profissional que conduza a inserção da população local no mercado de trabalho, de modo que as vagas sejam preenchidas por quem faz parte dela. Deve também ser ampliado o escopo da política nacional de educação profissional, bem como sua abrangência, atendendo desde a uma parcela considerável da demanda por formação profissional até a melhoria da escolaridade do país (GOMES; BRAGA, 2008).

O desenvolvimento depende, pois, predominantemente, da capacidade de gerar e aplicar produtivamente o conhecimento, bem como de sua ampla disseminação (BECKER, 1998). Esse papel cabe tanto ao setor público quanto ao privado, pois ambos têm interesse no desenvolvimento da região. O papel dos órgãos públicos para a região é primordial para promover uma gestão de qualidade. É o que ressalta MLS, um dos entrevistados.

O governo tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento de uma região e, no caso da nossa, o desenvolvimento tem que ser sustentável, porque ele é o responsável pelo estabelecimento das leis e normas que estabelecem os critérios ambientais que devem ser seguidos por todos, em especial o setor privado que, em seus processos de produção de bens e serviços, se utiliza dos recursos naturais e produz resíduos poluentes. Por isso mesmo, além de definir as leis e fiscalizar seu cumprimento, o poder público precisa ter uma atitude coerente, responsabilizando-se, também, por ajustar seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudança de padrões de consumo e produção, adequando suas ações à ética socioambiental.

Todavia, apesar da importância dos órgãos para a gestão, os entrevistados apontaram que a máquina pública tem contribuído de forma negativa, pois a burocracia e a morosidade são fatores que impedem que se fortaleça a gestão na região, pois é sempre difícil conciliar o interesse privado com a morosidade da gestão pública.

O desafio de transformar o capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira ambientalmente sustentável é singular e não há um modelo pronto para isso, sendo exigida uma nova maneira de pensar a gestão na Amazônia. Sobre essa nova maneira de pensar as perspectivas de gestão nessa região complexa, evidenciamos

o potencial natural da região como um propulsor para promover o desenvolvimento de acordo com as novas exigências da sociedade. Isso inclui novas formas de gerir o capital natural, social e econômico, pois

O mundo passou a enxergar essa região como um celeiro de oportunidades de negócios e isso significa dizer que nossos potenciais madeireiros, minerais, da flora etc. poderão se configurar como um mecanismo de desenvolvimento efetivo para a região, promovendo o crescimento das cidades e da qualidade de vida para as pessoas. É evidente que isso também deve contar com políticas públicas ambientais para que possamos ter crescimento socioeconômico (MLS, sujeito da pesquisa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio atual da gestão na região está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia globalizada à regulação pública da produção da cidade e ao enfrentamento do quadro de exclusão social e de deterioração ambiental. Nessa tentativa, alguns procedimentos parecem emergir das principais experiências em andamento. São eles: parceria, descentralização, convergência de ações e envolvimento (controle social) por meio de diversas formas de organização da sociedade.

Para gerir uma região complexa, o desenvolvimento local é a forma de garantir o equilíbrio regional, assegurando a permanência da população em suas regiões de origem. Nesse sentido, devem-se adotar instrumentos e mecanismos econômicos, programas e projetos junto às comunidades locais com baixo índice de desenvolvimento econômico, visando ampliar suas condições de renda e de ocupação, como os negócios sustentáveis, o desenvolvimento de nichos de mercado com maior valor agregado e a potencialização de vocações regionais.

A importância econômica e social do rico patrimônio natural da região representa um gigantesco potencial científico, econômico e cultural, cuja transformação em riqueza está intrinsecamente relacionada à disponibilidade e geração continuada de conhecimentos para que possam ser aplicados por uma força de trabalho capacitada para entender a região. Assim, para que o potencial amazônico possa se concretizar enquanto benefícios para a região, é preciso fazer com que os ganhos econômicos possam retornar à sociedade, por meio de investimento na formação profissional e na promoção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Januário. **Mata Virgem**: Terra Prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2010.
- CLEMENT, C. R.; VAL, A. L.; OLIVEIRA, J. A. O desafio do desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: **T&C Amazônia**. Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI, Amazonas, v. 1(3), p. 21-32, 2003.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA; NAEA, 2000.
- DRUCKER, Peter. **Management challenges for the 21st century**, 1999. [Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999].
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: A experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, ano 7, jun 2000.
- FERREIRA, Leandro V.; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. Desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, n. 54, p. 157-166. 2005.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.
- GOMES, S. C. G.; BRAGA, M. J. Determinantes da produtividade total dos fatores na Amazônia legal: uma aplicação de dados em painel. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 3, n. 6, jan./jun. 2008.
- IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/calendario_estudos2005.shtm>. Acesso em: 15 set. 2010.
- JÚNIOR, Alceu Balbim; VEY, Ivan Henrique. **Desafios logísticos na Amazônia**. Disponível em <http://www.logisticadescomplicada.com/desafios-logisticos-na-amazonia/>. Acesso em: 23 set. 2010.
- LESSA, Ricardo. **Amazônia: as raízes da destruição**. São Paulo: Atual, 1991.
- Lei 11.284/06. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm>. Acesso em: 22 set. 2010.
- LIMA, Maurício Pimenta. Custos Logísticos na Economia Brasileira. **Revista Tecnológica** n. 64, jan. 2006. Disponível em: <http://joomla.coppead.ufrj.br/port/index>. Acesso em: 26 set. 2010.
- LIMA, M. et al., **Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional**, Brasília: MMA; PNUD, 2002. p. 156.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias. In: **Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Brasília, 2002a.
- MONTEIRO NETO, A., 2001. Impactos do crescimento econômico no desmatamento da Amazônia. In: **Causas e Dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, p. 29-50.
- MONTEIRO NETO, A. & GOMES, G. M. **Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação**. IPEA, Texto para Discussão n. 712, Brasília, 2000.
- OLIVEIRA, L. C.; COUTO, H. T. Z.; SILVA, J. N. M. & CARVALHO, J. O. P. Efeito da exploração de madeira e tratamentos silviculturais sobre a estrutura horizontal de uma área de 136 km na Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA. **Scientia Forestalis**. p. 69:6276. 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia, monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1993.
- PATRICIO, Júlio Cezar dos Santos. **O transporte fluvial misto na Amazônia: aspectos sócio-econômicos do trecho Belém-Acará**. Dissertação (Mestrado). UNAMA, 2007. Disponível em: <http://www.unama.br/BC12A1C7-5561-4A81-BFFE-062D8C35A176/Final Download /DownloadId>. Acesso em: 26 set. 2010.
- PINTO, A. C. M. **Análise de danos de colheita de madeira em floresta tropical úmida sob regime de manejo sustentável**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.
- RODRIGUES, R. L. V. **Análise dos Fatores Determinantes do Desflorestamento na Amazônia Legal**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: COPPE; UFRJ, 2004.
- SOBRAL, L. et al., **Acertando o alvo 2: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no Estado de São Paulo**. Belém: Imazon, 2002. 72 p.
- SONAGLIO, C. M.; VIEIRA, N. M. (2007). **Crescimento e desigualdades da renda per capita no arco do povoamento adensado, Amazônia Legal**. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/Cepe/article/view/File/323/438>.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas**. São Paulo: Editoras Unidas, 1996.